

# **Mulheres, Formação e Desenvolvimento Rural no Centro Norte Interior de Portugal<sup>1</sup>**

**Alberto Baptista e Artur Cristóvão<sup>2</sup>**

**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
5000-660 Vila Real, Portugal  
Tel (351) 259 302 203; Fax (351) 259 302 249  
[abaptist@utad.pt](mailto:abaptist@utad.pt) e [acristov@utad.pt](mailto:acristov@utad.pt) e**

## **Resumo**

A comunicação aborda a importância da formação como um instrumento de desenvolvimento e de animação em meio rural. O trabalho incide sobre um leque variado de formações para mulheres em meio rural, e centra-se nas relações entre a formação e a necessidade de adequação desta aos papéis das mulheres no desenvolvimento rural, tendo em conta que a formação orientada estritamente para o emprego apresenta fortes limitações e não responde às necessidades de muitas formandas.

Os objectivos do trabalho são: caracterizar o público que frequenta as acções de formação em meio rural; identificar as necessidades de formação; ver da adequação entre a formação proposta e as necessidades; reflectir e apresentar propostas adequadas para a formação de mulheres em meio rural.

Para a realização deste trabalho recorreremos à análise bibliográfica e documental, em particular estatísticas e dados sobre formação; entrevistas a 18 directores e responsáveis de 14 cursos de formação diferentes; entrevistas a 27 mulheres rurais de locais diversos e participantes em diferentes acções de formação.

Os resultados encontrados levam-nos a pensar que há necessidade de uma maior adequação e atenção das acções de formação ao público feminino de “meia idade”. Pelos vários condicionalismos referidos, as necessidades destas mulheres rurais são de outra natureza: aprendizagem de novas actividades artesanais, educação escolar, desenvolvimento pessoal, elevação da auto-estima, procura de espaços de convívio social. Necessidades estas que, devidamente enquadradas, podem ser úteis em acções de revitalização económica, social e cultural em meio rural.

---

<sup>1</sup> Esta comunicação foi baseado em Alberto Baptista e Artur Cristóvão (2003). Mulheres, Formação e Desenvolvimento em Meio Rural. Vila Real, UTAD-DESG, estudo realizado no âmbito de um contrato de prestação de serviços encomendado pela Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) à UTAD.

<sup>2</sup> Alberto Baptista (Investigador Auxiliar) e Artur Cristóvão (Professor Catedrático), são membros do Departamento de Economia. Sociologia e Gestão da UTAD.

# 1. Introdução

Esta comunicação procura destacar a importância da educação e formação, como um instrumento de desenvolvimento e de animação em meio rural. O trabalho incide sobre um leque variado de formações para mulheres em meio rural, e centra-se nas relações entre a formação e a necessidade da sua adequação aos papéis das mulheres no desenvolvimento rural.

Como veremos neste trabalho, os baixos resultados alcançados com as formações na óptica do emprego assalariado ou do auto-emprego devem-se, em grande medida, à falta de oportunidades de emprego e às características do público que participa nas acções de formação, que não é jovem, tem baixa escolaridade e muitas vezes não está desempregado.

A maior parte da formação realizada tem-se centrado sobretudo na problemática do emprego e da inserção profissional. Esta orientação leva-nos a colocar a seguinte questão: será que as necessidades formativas das mulheres rurais se prendem sobretudo com o problema da formação profissional em sentido estrito? Muitas das mulheres não buscam o emprego, o que reforça o papel importante da formação na área da educação, ou a formação que aborde temas vários como saúde, alimentação, conservação do meio ambiente, preservação do património local e de outros valores importantes que se pretendem implementar no espaço rural.

As mulheres jogam um papel essencial na vitalidade das comunidades locais e nos processos de desenvolvimento rural. Basta recordarmos o peso crescente das mulheres na agricultura, a esmagadora participação das mulheres na formação em meio rural, ou as múltiplas actividades criadas e lideradas por mulheres. Mas estará o modelo de formação dominante preparado para dar resposta a estes novos desafios e à heterogeneidade de mulheres que se encontram em meio rural? Parece-nos que não. Neste caso, que mudanças são necessárias introduzir ao nível da formação para responder a estes desafios?

Os objectivos da comunicação são os seguintes:

- Caracterizar o público das acções de formação em meio rural;
- Identificar as necessidades de formação e as motivações das formandas;

- Reflectir sobre os resultados da formação em que as mulheres são os principais destinatários e analisar as suas implicações na reformulação de programas de formação em meio rural;
- Elaborar um conjunto de recomendações que possam ser úteis na concepção e execução de futuros programas/acções dirigidos ao desenvolvimento rural e onde as mulheres, pelo seu peso e papéis, são actores privilegiados.

O estudo incidiu no Norte e Centro interior de Portugal e a metodologia usada foi variada, tendo-se recorrido às seguintes técnicas:

- Análise de documentação e bibliografia sobre formação e educação adultos;
- Tratamento e análise das estatísticas do INE sobre população, actividades económicas, agricultura;
- Recolha de informação sobre o funcionamento de 19 cursos de formação;
- Entrevistas a 18 responsáveis pela promoção e/ou execução de acções de formação e educação de adultos, distribuídos por 12 concelhos (ver Anexo 1);
- Inquirição de 27 formandas de acções de formação diversas, distribuídas por 5 concelhos.

Além da introdução, a comunicação está estruturada em mais três secções. A segunda secção visa enquadrar a problemática em apreço. Na secção seguinte são apresentados os resultados do trabalho de campo. Finalmente, na quarta secção, apresentam-se as conclusões e recomendações.

## **2. Enquadramento temático**

Neste ponto começamos por apresentar alguns conceitos e em seguida fazemos um breve enquadramento da importância das mulheres no desenvolvimento rural.

Para efeitos deste estudo, por mulher rural entende-se toda a mulher adulta que vive em espaço rural, independentemente da actividade que exerce. Trata-se de uma categoria social relativamente heterogénea no que diz respeito aos diferentes papéis, ao nível da exploração, da família e da comunidade. Os seus interesses e motivações são também variáveis com a idade, as actividades que exercem, o grau de escolaridade, a dimensão e composição da família, a idade dos filhos e até a actividade e local de trabalho do marido.

Neste trabalho vamos usar um conceito de formação relativamente amplo, incluindo todas as iniciativas que visam “fornecer qualificações, entendidas como um conjunto articulado de conhecimentos, capacidades e comportamentos, que se assumem não como um fim em si mesmo, mas que valem pelo seu contributo para a valorização das organizações, das empresas, dos projectos, das políticas e das intervenções” (DGDR, sd). Ou seja, qualificações que sirvam os objectivos do desenvolvimento pessoal, organizacional, sectorial e territorial.

Na União Europeia existem 190 milhões de cidadãs, sendo as mulheres mais de metade da população em idade activa. Porém, “subsistem entre as mulheres e homens desigualdades flagrantes em matéria de nível de formação, de taxa de actividade e de participação na tomada de decisões. Essas desigualdades são, em parte, o resultado de tradições nacionais diferentes nos sistemas de ensino e formação, na organização familiar e social e sistemas de produção. Mas dependem também, em grande medida, da dotação insuficiente de equipamento, de infra-estruturas e de serviços que dêem às mulheres a possibilidade de conciliar a sua vida familiar com a vida profissional” (CE, 2000: 4).

Em Portugal as mulheres representam a maioria da população, a maior parte das pessoas iletradas (68% em 1997), a maioria dos desempregados e a maior parte das pessoas com um rendimento anual líquido inferior à média nacional e, além disso, estão muito mal representadas, no parlamento, governo nacional ou poder local (CIDM, 1998).

Ao nível da União Europeia, é sabido que as desigualdades que atingem as mulheres das zonas rurais e de outras áreas difíceis são ainda mais marcadas do que noutros lugares: “o isolamento, a subqualificação, a acumulação das dificuldades económicas e sociais são propícios ao reforço da sua marginalização. Nas zonas rurais essa situação determina a partida das mulheres jovens e qualificadas para as cidades” (CE, 2000: 7).

Em Portugal, é conhecida a importância crítica que as mulheres há muito assumem nas famílias rurais, no desempenho de tarefas agrícolas e na vida sócio-económica rural em geral, como refere, por exemplo, Ribeiro (1997, 477-478) para a região do Barroso, no Norte de Portugal.

Os processos migratórios de que foram alvo as áreas rurais, e a entrada dos homens no mercado de trabalho local não agrícola, implicaram mudanças profundas no papel das mulheres. A agricultura feminizou-se e as mulheres passaram também a assumir

responsabilidades de gestão e na realização de tarefas agrícolas usualmente ocupadas pelos homens, como a condução de tractores.

Um estudo realizado no início dos anos 90 (Monteiro, 1993), aponta igualmente para o facto das mulheres agricultoras constituírem a maioria dos activos do sector, referindo também que cerca de 67% exerciam a sua actividade como trabalhadoras por conta própria, sendo 21% não remuneradas e 12% trabalhadoras por conta de outrem.

O quadro hoje vivido é certamente distinto, dada a considerável transformação das áreas rurais, com a mudança e o declínio das actividades agrárias, a continuada partida de população para os centros urbanos do país e exterior, o envelhecimento da população e a emergência de novas actividades, muito em especial nos sectores secundário e terciário. Em muitos sítios do Portugal rural emergiram iniciativas lideradas e/ou concretizadas por mulheres, tais como cooperativas ou micro-empresas ligadas ao artesanato; ao turismo; à transformação de produtos agrícolas; pequeno comércio e empresas de serviços.

Em muitas áreas rurais o caminho trilhado foi o da pluriactividade, em matizes diferentes e como estratégia activa de sobrevivência, combinando o trabalho na vila ou cidade mais próxima com a actividade agrícola de início e/ou final de dia e de fim de semana. Iniciativas comunitárias como o LEADER e o NOW tiveram uma importância particular na dinamização de actividades por parte de mulheres. Cavaco (2000), a partir de um estudo sobre o apoio do LEADER às iniciativas de mulheres, destaca que este programa permitiu, “isoladamente, ou em articulação com outros programas operacionais e comunitários, o desenvolvimento e aquisição de novas competências, e o investimento em projectos de diversificação de actividades ...”.

No domínio do turismo em espaço rural na região Norte, como assinalam Valente e Pérez (2000, 207-209), a presença das mulheres é incontornável, quer como proprietárias das casas, quer como trabalhadoras. No campo do artesanato, são conhecidas numerosas experiências de sucesso em que as mulheres se encontram em destaque, as quais têm ajudado a valorizar os saberes e tradições locais em combinação com elementos inovadores nos capítulos das tecnologias, do *design* ou da comercialização (Roca, nd: 51).

O desafio da participação das mulheres no desenvolvimento das áreas rurais persiste e constitui um desafio de monta. No discurso do Comissário da Agricultura e

Desenvolvimento Rural (CE/DGA, 2000: 4), “garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é uma prioridade importante ... e uma condição *sine qua non* para a viabilidade do desenvolvimento rural”, sendo a “participação plena e completa das mulheres essencial para maximizar os recursos humanos preservando o tecido social das comunidades e revitalizando as economias locais”.

Tal visão implica medidas específicas (CE/DGA, 10-15), destacando-se entre estas, a oferta de formação pessoal e profissional, bem adaptada e acessível, que valorize e desenvolva competências e atitudes, aumente a auto-estima e auto-confiança, e permita à mulheres a descoberta de vocações. A formação deverá ter neste processo um importante papel como instrumento de integração das mulheres em acções do desenvolvimento rural e como meio de estimular o seu envolvimento nos novos sectores da economia das áreas rurais, assunto sobre o qual nos vamos debruçar em seguida.

### **3. Mulheres e formação**

Nesta secção apresentamos os resultados do trabalho de campo, designadamente os vários programas e acções de formação analisados, a caracterização do público feminino que frequenta as acções de formação, as suas motivações, e as dificuldades sentidas nas formações dirigidas para o emprego. Finalmente, salientamos a necessidade de adequar a formação ao público feminino de “meia idade”, dominante em meio rural.

#### **3.1. As acções de formação envolvem vários actores e são variadas as iniciativas e programas no âmbito da educação e formação**

As acções de formação envolvem um conjunto variado de actores - públicos, privados e do 3º Sector -, com interesses e motivações diversas. A promoção da formação, a sua execução, bem como a compreensão dos resultados alcançados não devem, por isso, ser desligados das motivações e do comportamento dos actores referidos. Muitas associações e empresas de formação têm nas acções de formação o principal suporte financeiro para a sua sobrevivência. Pelo que a formação não é muitas vezes uma resposta às necessidades reais de qualificação pessoal e profissional, mas antes uma satisfação das necessidades do lado da oferta. No caso das autarquias, o seu envolvimento tem, não raras vezes,

motivações políticas. Para muitos dos formandos a bolsa que recebem pela sua participação é uma ocasião de obtenção dum rendimento que não podem desperdiçar.

Tem sido muitas e variadas as iniciativas e programas no âmbito da educação e formação de adultos. A formação é enquadrada por diferentes Ministérios, encontrando-se grande diversidade de situações quanto aos objectivos, públicos, tipo de promotores, áreas de actuação, duração e conteúdos temáticos. Sem termos a pretensão de ser exaustivos, analisámos para o estudo de onde extraímos esta comunicação, seis programas/iniciativas, com um total de 19 cursos. O Programa "Emprego-NOW", integrado na iniciativa Comunitária "Emprego e Valorização dos Recursos Humanos" do II QCA; o programa "Escolas-Oficina", implementado em Portugal desde 1996 e actualmente integrado no chamado "Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social"; os "Cursos de Educação e Formação de Adultos", lançados pela então Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos; as "Oficinas de Projecto", criados pela Associação Nacional de Oficinas de Projecto; os cursos de "Formação Profissional Agrária", tutelados pelo Ministério da Agricultura; e as "Acções de Formação/Informação para Mulheres Agricultoras e Rurais", promovidas pelo Ministério da Agricultura. Os quatro primeiros procuram promover a formação profissional com vista ao emprego, o quinto visa a qualificação profissional de activos na agricultura e o sexto tem objectivos formativos e informativos. Em relação à chamada formação profissional agrária, é de destacar o número insignificante de acções (4%) que incidiram sobre a área do desenvolvimento rural. Este tipo de formação continua sobretudo vocacionado para a formação de natureza mais técnica.

Começamos por verificar quem é o público que frequenta estes diferentes tipos de formação no meio rural.

### 3.2. As mulheres com mais de 35 anos são o principal público das acções de formação em meio rural

As acções de formação no meio rural, e sobretudo no “rural de baixa densidade”<sup>3</sup> populacional, são largamente frequentadas por mulheres. A informação recolhida em 19 acções de formação diferentes dispersas no território, mostram uma presença maioritária das mulheres (86%). Dados de várias proveniências, recolhidos na documentação consultada, confirmam a mesma tendência para outras zonas do país. Num conjunto de 37 acções promovidas pela ACEB no Norte, entre 2001 e 2002, 93% dos formandos eram mulheres. Em 2001 o programa no âmbito das “Escolas Oficinas” abrangeu 4887 jovens desempregados, dos quais 81% eram do sexo feminino. Trata-se de mulheres, na sua maioria, com mais de 35 anos, casadas, com filhos em diferentes idades, e com muito baixa escolaridade. Os dados permitem-nos concluir que estamos perante uma feminização clara da formação em meio rural. As razões que explicam esta situação são várias.

Nas “áreas predominantemente rurais”<sup>4</sup> o número de mulheres classificadas pelas estatísticas oficiais como “sem actividade” é elevado (69%), decrescendo para 46% nas “áreas predominantemente urbanas”. Para o INE o conceito de “sem actividade económica” corresponde, grosso modo, ao exercício de uma actividade não remunerada. Na prática, as pessoas “sem actividade” no meio rural correspondem frequentemente a

---

<sup>3</sup> **Rural de baixa densidade**, inclui “mais de metade do país, prolongando-se da Serra do Algarve à Terra Fria transmontana, percorrendo todo o Alentejo, e a norte deste, uma faixa raiana que depois se alarga no distrito de Bragança. Integra ainda os concelhos de Montalegre e Boticas”; esta área estende-se por 55% da área do Continente e não abriga mais de 10% dos residentes e ainda um pouco menos de activos. O rural de baixa densidade é um dos quatro tipos de zonas rurais identificado por Novais *et al.*, (2000). A estimativa das áreas afectas e da população residente em cada zona foi extraído de Rolo (2003).

<sup>4</sup> O INE usando o critério da densidade populacional, utiliza uma metodologia que divide as freguesias em três tipos de áreas:

- Áreas Predominantemente Urbanas: engloba as freguesias urbanas com uma densidade populacional superior a 500 hab./Km<sup>2</sup> ou população residente superior a 5000 habitantes;
- Áreas Medianamente Urbanas: inclui as freguesias semi-urbanas com uma densidade populacional superior a 100 habitantes/Km<sup>2</sup> ou com uma população residente entre 2000 a 5000 pessoas. As AMU integram as freguesias semi-urbanas não incluídas nas APU e as freguesias sedes de concelho não incluídas nas APU;
- Áreas Predominantemente Rurais: são as áreas que se caracterizam por apresentar uma população inferior a 2000 pessoas.



mulheres que não estão empregadas, nem desempregadas, desenvolvem actividades várias na casa, na agricultura, em outras actividades sazonais e pontuais.

Outra explicação prende-se com a condição das mulheres e a sua situação social, familiar e cultural. No quadro da partilha de funções no seio da família cabe às mulheres a lida da casa e os cuidados com a família. Este comportamento é sobretudo dominante no meio rural e para os estratos etários acima dos 35 anos. As mulheres mais jovens abandonam o meio rural em busca de novas oportunidades e estão, por isso, mal representadas nas acções de formação em meio rural. As zonas rurais têm perdido imensa população e a que permanece está cada vez mais envelhecida. Veja-se o peso da população com mais de 60 anos (34%), relativamente à população jovem com menos de 15 anos (13%) nas áreas predominantemente rurais da região Norte e Centro de Portugal (INE, RGP: 2001).

O baixo nível de escolaridade tem sido um factor de exclusão de um elevado número de mulheres em muitas acções de formação. No meio rural 25% da população feminina não tem nenhum nível de escolaridade e grande parte destas (44%) apenas frequentaram o 6º ano de escolaridade (INE, RGP: 2001). Partilhamos a opinião de Imaginário (1988) quanto este diz que a formação profissional não se encontra directamente vocacionada para os formandos pouco escolarizados, que estão sub-representados, por não deterem os pré-requisitos no plano da literacia e por apresentarem dificuldades acrescidas de motivação e representação desvalorizada da formação.

A distribuição sazonal da actividade agrária é outro factor que favorece a participação das mulheres nas acções de formação. As mulheres procuram aproveitar os períodos de menor trabalho na exploração, sobretudo durante o Inverno, para frequentar a formação. O facto de muitos dos cursos, a partir da década de 90, se realizarem ao nível da freguesia/aldeia tem facilitado imenso a participação das mulheres. Aqui não há problemas de transporte, nem perdas de tempo e mais facilmente se concilia a vida familiar e as actividades profissionais com os horários da formação.

Os maridos de muitas das formandas trabalham fora da exploração e da aldeia, em actividades diversas. São trabalhadores da construção civil, motoristas, operários fabris, etc. Os homens apresentam, regra geral, uma maior mobilidade na busca de trabalho no exterior da aldeia. Esta situação revela-se desfavorável à sua permanência regular nos

cursos de longa duração, levando-os muitas vezes a desistir quando lhes surge uma oportunidade de emprego.

No caso específico da Formação Profissional Agrária, assistiu-se, nos últimos anos, a um crescimento acentuado do número de mulheres em todos os cursos, resultado da feminização da agricultura. Com a saída dos maridos, e muitas vezes dos filhos, para outras actividades, inclusive no estrangeiro, um maior número de mulheres sente necessidade de frequentar cursos para poder recorrer aos apoios ao investimentos no sector.

### 3.3. A bolsa de formação tem um peso elevado na motivação das formandas

As motivações das formandas que frequentam acções de formação são basicamente quatro: 1) maior valorização pessoal, pela aprendizagem e desenvolvimento pessoal; 2) aumento do rendimento através da bolsa de formação; 3) ampliação das eventuais oportunidades de emprego; e 4) busca de sociabilidades, através do convívio. O estabelecimento duma hierarquia de motivações das formandas não é fácil, pois a sua importância pode variar com o tipo de cursos, o contexto local, as características das formandas. As motivações estão muitas vezes imbricadas umas nas outras, sendo o seu conjunto o que pesa na tomada de decisão, e não cada uma individualmente.

Muitas mulheres do meio rural manifestam um forte sentimento de baixa auto-estima, de que “não contam para nada”, de desvalorização social do seu trabalho, quer na casa, quer fora dela (Baptista e Portela, 2003). Ora, como referem de forma consensual vários dos nossos entrevistados, as acções de formação são muito úteis para inverter este estado de espírito.

As bolsas de formação são uma das principais motivações das formandas, o que é compreensível num contexto onde os rendimentos familiares são baixos e escasseia oferta de emprego. Convém salientar que há cursos que, pela sua longa duração (1500 h) e elevada carga horária diária (6 h), dificilmente seriam realizáveis sem a atribuição de bolsa às formandas.

Não se pense, contudo, que esta motivação é decisiva e única na mobilização das formandas. Há cursos sem bolsa de formação que têm tido um elevado sucesso em

termos de frequência, motivação, participação e assiduidade das formandas<sup>5</sup>. Mas para isso são necessários alguns requisitos, designadamente: temas com forte interesse; local próximo da residência; horários adequados; formadores motivados e com experiência em comunicar com este tipo de público.

Melhorar a resposta às eventuais oportunidades de emprego é outra das motivações visadas pelas formandas. A elevação do nível de escolaridade através dos cursos de educação de adultos pode contribuir para tal desiderato, sobretudo junto de formandas mais jovens. A importância atribuída a esta motivação é muito variável com as características das formandas e os locais de residência.

A quarta motivação é, talvez, em contexto rural, uma das mais importantes. Em meio rural, a formação é para as mulheres formandas uma forma de encontrarem um espaço de convívio, uma oportunidade de ruptura com a rotina, um meio de quebrarem o isolamento. As mulheres, ao trabalharem em casa ou na agricultura, não dispõem muitas vezes de espaços de convívio fora do contexto familiar. A mesma ideia é referida por Imaginário (1998: 127), que diz que “as acções de educação extra-escolar para adultos funcionam sobretudo como espaços de convivialidade, de troca de experiências de vida, de partilha de saberes (hábitos de higiene e alimentares, gestão da economia familiar)”.

#### 3.4. As formandas preferem cursos práticos em áreas onde tenham experiência

A identificação das necessidades de formação é, regra geral, feita pelos promotores de forma expedita, através de: auscultação das formandas no final do curso; conhecimento empírico dos técnicos formadores; contacto e auscultação dos actores institucionais ou privados.

Nuns casos, a formação é realizada para dar resposta a necessidades específicas de algumas organizações que trabalham na área social. Noutros identificam-se necessidades na área da educação de adultos. Para algumas Associações de Desenvolvimento Local a formação deve orientar-se para actividades que possam valorizar os recursos locais e, simultaneamente, reanimar tradições e culturas (por exemplo, o linho), introduzindo factores de modernidade, quer no processo de fabrico, quer no *design* das peças

---

<sup>5</sup> A este respeito ver Baptista e Portela (2001) e Baptista e Portela, (2003) quando se referem “Às acções de formação/Informação para mulheres agricultoras e rurais na Beira Litoral, 1991-2001”.

produzidas. Alguns dos cursos promovidos são sobre: compotas e licores; agricultura biológica; restauração e cozinha.

Os temas de formação mais procurados pelas mulheres são: a área têxtil e produtos agropecuários; linho, compotas, licores e cozinha; artes decorativas, corte e costura, bordados. Isto é, áreas temáticas para as quais estas tem, regra geral, saberes adquiridos. Em síntese, as mulheres preferem sobretudo cursos com uma forte carga prática, em áreas onde têm alguma experiência, e em que se possam sentir, pessoalmente, mais valorizadas.

### 3.5. A formação para a empregabilidade em meio rural é um objectivo difícil de alcançar

Um dos objectivos principais e, aliás, transversal à maioria dos programas é a formação profissional como instrumento para a promoção do emprego. Mas será este objectivo alcançável em meio rural, de forma razoável, através essencialmente da formação? Como veremos, em meio rural, as dificuldades para atingir tal meta são muitas e de natureza diversa.

O emprego pode ser conseguido por várias vias: emprego por conta de outrem, sendo o empregador o Estado ou o sector privado; auto-emprego individual; e auto-emprego não individual, por via da criação de cooperativa, ou de micro-empresa em sociedade com outros indivíduos. A opção preferida pela maioria das formandas é claramente a primeira, o emprego por conta de outrem.

O problema da falta de oportunidades de emprego em meio rural, seja por conta de outrem, seja através da criação do auto-emprego, é uma das grandes dificuldades com que se debatem as formandas após a conclusão do curso. As zonas rurais têm perdido população e dinamismo económico. Daqui resulta que as mulheres não encontram, perto da área de residência, oferta de emprego ou um mercado local com dimensão, em número de consumidores, para sustentar estas micro-iniciativas.

A criação de uma micro-empresa coloca dificuldades, tais como: a disponibilidade de capital para investir; a criação duma marca; e a capacidade financeira para a gestão corrente. A experiência mostra que não basta apostar na formação para a constituição das micro-empresas. Os problemas relacionados com a criação e a venda de produtos não são facilmente solucionáveis e colocam-se, no actual quadro, fora do âmbito da formação.

As acções de formação são intervenções pontuais, com um início e um fim definidos, e na fase pós-formação as formandas ficam entregues a si próprias, isto é, sem apoio de estruturas de enquadramento que as orientem nas suas decisões caso procurem avançar para a apresentação de um projecto de financiamento. Regra geral, não surgem iniciativas sem o apoio próximo dum mediador externo. Este, no mínimo, auxilia as potenciais empresárias a estabelecer um quadro de relações sociais e económicas e a formatar a ideia.

A idade das participantes na formação, a sua situação familiar, a baixa escolaridade, são tudo factores que não favorecem a formação para a empregabilidade e que, por isso, acabam por gerar frustrações entre as formandas. A mentalidade dominante da maioria das formandas não favorece o empreendedorismo. Não admira, por isso, que pelas várias razões apresentadas, a maior parte das formandas não busque a formação para o auto-emprego, mas sim encontrar emprego por conta de outrem.

Em síntese, os objectivos profissionalizantes de muita da formação tendo em vista a promoção do emprego estão longe de ser alcançados, pelos condicionalismos ao emprego e pelo perfil da maioria das mulheres.

#### **4. Conclusões e recomendações**

As acções de formação no meio rural são maioritariamente frequentadas por mulheres acima dos 35 anos. Para a feminização da formação contribui o elevado número de mulheres “sem actividade” económica e, por isso, livres para frequentar as respectivas acções. Há ainda um conjunto de razões que favorece aquele fenómeno: bolsas de formação atractivas; funcionamento dos cursos em períodos de menor intensidade agrícola; necessidade das mulheres desempenharem tarefas antes feitas por homens; e a realização dos cursos na aldeia/freguesia.

As mulheres estão disponíveis e apresentam motivações várias para participar na formação: 1) aprendizagem e valorização pessoal; 2) rendimento proveniente da bolsa de formação; 3) melhoria da capacidade de resposta a eventuais oportunidades de emprego; 4) procura de espaços de sociabilidade. Nos cursos em que são atribuídas bolsa de formação, esta é das principais, senão a principal motivação. O que é compreensível em contextos em que a formação funciona como uma fonte de rendimento para a família. Tal

não significa que esta motivação seja decisiva e única na mobilização das formandas. Há acções de formação sem bolsa com um elevado sucesso em termos de frequência, participação e assiduidade das formandas. O que se explica pelo facto de uma das fortes motivações das formandas ser a procura de ocasiões de convívio social fora do contexto familiar.

As preferências temáticas das mulheres incidem sobre a valorização de produtos agro-alimentares e artesanais, designadamente fabrico de enchidos e compotas e os trabalhos em linho, bordados, rendas. Isto é, áreas com uma forte carga prática e onde as mulheres têm já experiência.

A formação com vista ao emprego, por conta de outrem ou promoção do auto-emprego, seja de desempregados de longa duração seja de jovens, tem sido até à data um dos objectivos principais da formação profissional. Contudo, devido a problemas relacionados com a falta de oportunidades de emprego, este objectivo está longe de ser alcançado em meio rural. Não há um contexto favorável ao surgimento de iniciativas: falta cultura empreendedora e um tecido económico que favoreça a sustentação das micro-empresas.

O modelo de formação visando incentivar a criação do emprego dos formados tem sido, quanto a nós, difundido de forma desadequada em muitos dos contextos rurais. A idade avançada das formandas, a situação familiar e a baixa escolaridade, são factores adicionais a não favorecer a formação para a empregabilidade. Não sendo, em regra, tal objectivo alcançado através da formação, geram-se, conseqüentemente, grandes frustrações entre as formandas. Por outro lado, muitas mulheres não frequentam a formação com vista ao emprego.

A dominância do público feminino de meia idade em muitas acções de formação em meio rural leva-nos a questionar as políticas de formação que se orientam para públicos relativamente jovens e indiferenciados do ponto de vista do género e para quem a formação é muitas vezes um incentivo à procura de emprego nos meios urbanos. Os resultados encontrados levam-nos a pensar que há necessidade de uma maior adequação e atenção das acções de formação ao público feminino de “meia idade”. Pelos vários condicionalismos referidos, as necessidades destas mulheres rurais são de outra natureza: aprendizagem de novas actividades artesanais, educação escolar, desenvolvimento

pessoal, elevação da auto-estima, procura de espaços de convívio social. Necessidades essas que, devidamente enquadradas, podem ser úteis em acções de revitalização económica, social e cultural em meio rural.

Há que considerar novas estratégias para a formação, que passam não tanto pela suposta “criação de emprego”, mas sim pela problemática da diversificação das actividades e complementaridade de rendimentos, e dinamização sócio-económica local. Algumas sugestões nesse sentido são as seguintes:

- Adaptar os objectivos da formação às necessidades das formandas e ao seu nível de escolaridade implica uma certa diversificação dos objectivos da formação. Para muitas das mulheres a formação é uma resposta às suas necessidades de aprendizagem e de socialização. A formação deve ser adequada ao público feminino pouco escolarizado.
- Visar a diversificação de actividades económicas e a elevação da sua auto-estima e autonomia pessoal através da informação e da aquisição de conhecimentos em vários domínios: gestão do agregado familiar, comunicação com a família, aprendizagem escolar e aquisição de competências profissionais.
- Flexibilizar a definição de programas e conteúdos. O tipo de públicos que vimos a referir exige uma grande flexibilidade na definição de programas, conteúdos e na implementação dos cursos, de forma a permitir adaptar o programa a diferentes contextos e finalidades. Os temas abordados devem ser do interesse das formandas, o que exige uma auscultação dos seus interesses. Quando se trabalha com públicos com baixos níveis de escolaridade é necessário valorizar a sua experiência extra-escolar para que estes mantenham a sua dignidade social e participem activamente.
- Adequar a organização e o funcionamento dos cursos às formandas. A realização do curso num local próximo da sua residência é um aspecto de enorme importância para reduzir as dificuldades de transporte. O horário e o período de funcionamento é outra das condições essenciais, sobretudo quando se trata de formações não remuneradas e em que as mulheres têm de conciliar vida familiar e trabalho doméstico com a formação; tal implica cursos com baixa carga horária semanal (uma duas tardes por semana), grande parte durante o Inverno (menor intensidade de trabalho agrícola), sobretudo quando se trata de cursos sem bolsa de formação; o trabalho com públicos

deste perfil não deve assumir um carácter ocasional, mas terá que assumir uma certa continuidade no tempo, 2 a 3 anos no mínimo.

- Ter uma equipa motivada e empenhada e com capacidade de liderança. Para dar respostas às diversas temáticas solicitadas pelas formandas é necessário estabelecer parcerias entre as entidades promotoras e os organismos locais.

Em suma, um conjunto de condições que favoreçam a formação como um factor de vitalidade e dinamização das comunidades locais.

## Referências

- ANEFA (nd). Cursos Educação e Formação de Adultos (folheto informativo). Lisboa: Autor.
- BARBIER, Jean-Marie (1985). *L' Evaluation en Formation*. Paris, Press Universitaires de France, 295 p.
- BAPTISTA, Alberto, PORTELA, José (2003). Agricultoras, Mulheres Rurais e (In)Formação: Estudo de caso na beira Litoral. In Portugal Chão, Organizadores José PORTELA E João Castro Caldas. Oeiras, Celta editora, pp. 333-372.
- BAPTISTA, Alberto, KOEHNEN, Timothy e PORTELA, José e (2001). Estudo de avaliação das acções de Formação/Informação para Mulheres Agricultoras e Rurais na Beira Litoral, 1991-2001. Vila Real, UTAD/DESG, 85 p.
- BAPTISTA, Alberto, CRISTÓVÃO, Artur (2003). Mulheres, Formação e Desenvolvimento em Meio Rural. Vila Real, UTAD/DESG. 92 p.
- CANÁRIO, Rui (1999). *Educação de Adultos- Um campo e uma Problemática*. Lisboa, Educa.
- CAVACO, C. (Coordenação)(2000). *As mulheres no Desenvolvimento Rural. Primeira Parte: O Apoio do LEADER às Iniciativas de Mulheres*. Separata de *Pessoas e Lugares*, nº18, Abril de 2000.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988). “*O futuro do mundo Rural*”, in Boletim das Comunidades Europeias, suplemento 4/88 , Luxemburgo, CCE. 71 p.
- COMISSÃO EUROPEIA/DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA (2000). *Le Rôle des Femmes dans le Développement Rural: Assurer l'Avenir le l'Europe Rural*. Luxembourg:Autor.
- COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (1998). *Situação das Mulheres 1997*. Lisboa: Autor.
- COMMISSION EUROPÉENNE (1997). *PAC 2000: Evolutions du monde rural*, Document de Travail, Direction Générale pour l' Agriculture (DG VI), Juillet 1997.
- CRISTOVÃO, Artur, POETA, Alexandre (2000). *Relatório de Avaliação do Projecto Now-Sabrosa*. Vila Real, UTAD. 45p.
- DELORS, J. et al. (1996). *L' education un trésor Eest Caché Dedans*. Paris, Unesco; Ed. Odile Jacob.
- DGDR (sd). *Estudo prospectivo: Estratégias para a formação Profissional Agrária (2000-2006)*. Estudo de avaliação da medida 6 do PAMAF realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos com a colaboração da Quaternaire Portugal.
- IMAGINÁRIO, Luís (1998). *Problemas de inserção profissional dos adultos pouco escolarizados*, In *Sociedade e Trabalho*, nº 2, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, pp.22-31.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002). *Mulheres e Homens em Portugal nos anos 90*. Lisboa, INE, 119p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa, INE.
- LOPES, H. ,e Oliveira, L. (1995). *Continuum entre Ensino Obrigatório, a Formação inicial e Continua e a Educação de Adultos*. Lisboa: ME/DEB



- MARQUES, Fernanda (2000). *A Oficina de Projectos*. In ANOP, O Balanço de Competências nas Oficinas de Projectos-Reflexões sobre um Percurso, pp. 21-32. Paços de Brandão: ANOP.
- MONTEIRO, L. (1993). *Mulheres Agricultoras em Portugal. A Fotografia Possível*. Lisboa: Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas.
- PINTO, Jorge (Coord.), MATOS Lisete, ROTHES Luis (1998). *Ensino Recorrente: Relatório de Avaliação*. Lisboa, Ministério da Educação, Coleção Educação para o Futuro. 182p.
- RIBEIRO, Manuela, (1997). *Estratégias de Reprodução e Sócio-económica das Unidades familiares camponesas e, regiões de Montanha (Barroso 1940-1990). Um estudo de Sociologia em que as mulheres também contam*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, JICT, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (tese de doutoramento, 1992, UTAD, Vila Real).
- ROCA, Z. (nd). *Increasing the Involvement of Young Men and Women in Rural Development in Europe*. REU Technical Series 55. Rome: FAO.
- SABER + (2002). Perfil da formação adulta envolvida em acções de educação, formação e certificação, *In Cadernos Saber +*, nº 13 Abril-Junho,3 de 2002.
- SANTOS, Ana (2001). *Pré – formações profissionais*. Projecto Álea- Juventude almodovarense, apoio do IEFP. 40 p.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (1993). *Human Development Report*. New York: Autor.
- VALIENTE, G. C. e M. V. Pérez (2000). *Turismo Rural em Portugal*. Las Mujeres Piezas Clave para “Recibir” y “Servir”. In Ramon, M. D. e M. B. Ferré (Editoras), *El Nuevo Papel de las Mujeres en el Desarrollo Rural*, pp. 199-216. Barcelona: OIKOS-TAU.

Anexo 1. Entrevistas realizadas a responsáveis pela promoção e/ou execução de acções de formação

Organismos/entidades	Concelho	Nº pessoas	Identificação dos entrevistados
Associação de Desenvolvi-mento Rural de Lafões	Vouzela	1	Presidente da ADRL
Escola Profissional de Carvalhais	S. Pedro do Sul	3	Professores de cursos ANEFA na área da restauração e cozinha.
Câmara Municipal de Vila Nova Paiva	V. Nova Paiva	1	Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva
Ministério da Educação/Ens. Recorrente	V. Nova Paiva	1	Professor responsável pela educação de adultos e cursos ANEFA
Ministério da Agricultura/DRABL	Viseu	2	Coordenadoras locais da “Acção de (in)Formação para Mulheres Agricultoras e Rurais”
Ministério da Agricultura /DRABL	Viseu	1	Coordenadora da Formação Profissional Agrária
Fundação Solidários	Sever do Vouga	1	Responsável por um curso ANEFA - Jardinagem
Associação Nacional de Oficinas de Projecto	Paço de Brandão	1	Presidente da ANOP
Ministério da Agricultura /DRATM	Mirandela	1	Coordenador da Formação Profissional Agrária
Núcleo da Cruz Vermelha	Sabrosa	1	Presidente núcleo da Cruz Vermelha
Centro de Promoção Educativa	Sabrosa	1	Presidente do Centro de Promoção Educativa
Pró-Barroso	Chaves	1	Responsável pela dinamização da acção – Casa Barrosã
Associação Pedras Brancas /Fundação Calcedónia	Terras de Bouro	1	Responsável por acções de formação
Associação para a Cooperação Entre Baldios	Terras do Bouro	2	Coordenadora das acções de formação promovidas pela ACEB Formadora e responsável pelo Curso ANEFA de cozinha
Total		18	